

ISSN 1519-4612

Universidade Federal Fluminense
TEXTOS PARA DISCUSSÃO
UFF/ECONOMIA

Universidade Federal Fluminense
Faculdade de Economia
Rua Tiradentes, 17 – Ingá – Niterói (RJ)
Tel.: (0xx21) 2629-9699 Fax: (0xx21) 2629-9700
<http://www.uff.br/econ>
esc@vm.uff.br

**Origens Históricas dos Conflitos
Distributivos da Argentina**

**Andrés Ferrari¹, Mirelli Malaguti²
e André Moreira Cunha³**

TD 251
Novembro/2009

© ¹ Doutor em Economia pela UFRGS e Professor-Substituto da UFF. E-mail: afhaines@hotmail.com

² Doutoranda em Economia da Indústria e da Tecnologia do Instituto de Economia da UFRJ, professora da Faculdade Moraes Junior Mackenzie-Rio e da Escola Naval, mirellimalaguti@hotmail.com

³ Professor do Departamento de Economia da UFRGS e Pesquisador do CNPq. E-mail: amcunha@hotmail.com

Resumo: Este artigo procura avaliar, em uma perspectiva histórica, a origem e manifestações dos conflitos distributivos na Argentina. Argumenta-se que a surpreendente recuperação da economia depois de 2003 não é condição suficiente para suprimir as velhas tensões. Pelo contrário, estas parecem estar aflorando no tema da tributação e retenção das exportações, em meio ao que se teme ser um surto de descontrole inflacionário.

Palavras-chave: Argentina, conflito distributivo, desenvolvimento

Abstract: This article seeks to appraise from a historical perspective the origins and the manifestations of income distribution conflicts in Argentina. We sustain that its economy remarkable recovery since 2003 is not a sufficient enough condition to suppress old tensions. On the contrary, they seem to be bursting out through the dispute on export taxes and retentions, immersed in what many fear might well a new breaking of out-of-control inflation

Key Words: Argentina, distribution conflicts, development

JEL: N36, N16, O54

Introdução

O século XXI iniciou para a Argentina sob o signo da crise. Depois de um longo processo recessivo e dificuldades de financiamento do balanço de pagamentos e das contas públicas, a moratória da dívida externa foi decretada em meio a um quadro de marcante instabilidade política. Todavia, a partir de 2003, a economia do país experimentou uma recuperação vigorosa, com taxas médias de crescimento do PIB superiores a 8% ao ano. A expansão da demanda mundial de alimentos, energia e matérias-primas foi um elemento decisivo para este novo momento. A gestão macroeconômica dos governos Duhalde (2002-2003) e Kirchner (2003-2007), em grande medida sob a liderança Roberto Lavagna (2002-2005) no Ministério da Economia, priorizou a reestruturação da dívida externa sob bases mais favoráveis, a manutenção da taxa de câmbio real em níveis capazes de estimular o setor exportador e a recuperação da capacidade de investimento do setor público e do papel redistributivo das políticas governamentais.

É importante lembrar que, no auge da crise econômica e social, cerca de metade dos argentinos viviam abaixo da linha de pobreza. Todos os indicadores de qualidade do mercado de trabalho e de distribuição da renda sinalizavam para uma sensível deterioração das condições de vida de uma população que, em uma perspectiva histórica, estava habituada a níveis elevados de renda, emprego, oferta de bens públicos e homogeneidade distributiva. Não à toa a crise social levou o povo às ruas, configurando protestos maciços, denominados de “panelaços”. Com a recuperação da economia, retornou-se a uma aparente normalidade, com o governo Kirchner experimentando elevados níveis de popularidade. Neste contexto, um dos principais problemas da gestão econômica passou a ser a crescente pressão inflacionária. Acordos setoriais limitando os aumentos de preços, denúncias do presidente Kirchner sobre setores supostamente cartelizados e exploradores da economia popular, suspeitas de manipulação dos índices oficiais, dentre outras medidas não convencionais, fizeram parte do arsenal da política antiinflacionária de Kirchner.

Discordâncias sobre aquelas estratégias estiveram no epicentro dos desgastes entre o Presidente e seu Ministro da Economia, o que levou ao afastamento do segundo. Esses fatos, em meio à nova fase de evidente euforia econômica, não impediram que a então primeira-dama e senadora, Cristina de Fernandez Kirchner, fosse eleita para suceder o marido. Em 2008, após meses de conflitos entre o governo e os produtores rurais, em torno da tributação e retenção das exportações, a Argentina voltou a ser sacudida por movimentos de protesto e instabilidade, culminando com o *lockout* dos produtores rurais, levando ao desabastecimento nos principais centros urbanos do país. As pressões inflacionárias se agravaram e o novo governo peronista perdeu rapidamente seu capital eleitoral e seguiu tentando administrar os conflitos distributivos gerados pela tentativa de ampliar a capacidade fiscal do governo.

Nesse sentido que o artigo argumenta que tais fatos, particularmente conflitos distributivos e instabilidade política, são elementos históricos recorrentes da economia política do desenvolvimento argentino. Mais especificamente, a história econômica da Argentina pode ser interpretada como sendo eivada de episódios que explicitam o caráter rentista da exploração das riquezas naturais, cuja abundância permitiu o auge da riqueza nacional, no final do século XIX, início do século XX, mas que, simultaneamente, impediu a emergência de uma estratégia de desenvolvimento industrial robusta o suficiente para romper a inércia dos conflitos distributivos

tradicionais de economias primário-exportadoras. Os argumentos estão estruturados em três seções adicionais. Na seqüência lança-se um olhar sobre o período contemporâneo, no trinômio “crise – recuperação – nova crise”. Depois são articulados os elementos históricos que fundamentam a tese central do trabalho. Seguem as considerações finais.

2. A Instabilidade Contemporânea: Conversibilidade, crise, recuperação e os velhos conflitos

A primeira crise, econômica e social deste século, teve seu auge nos anos 2001 e 2002, representando o ocaso da estratégia neoliberal dos anos 1990, caracterizada pela política de estabilização associada ao Plano de Conversibilidade, bem como ao aprofundamento da liberalização comercial e financeira, desregulamentação e privatizações. A Argentina de Carlos Saul Menem (1989-1999) foi o exemplo mais contundente de implementação das reformas à la Consenso de Washington no continente latino-americano (Cepal 2004, World Bank 2005). A recuperação coincidiu com uma conjuntura internacional excepcionalmente favorável, dado o elevado crescimento da renda e do comércio mundial, inflação baixa, melhoria dos termos de intercâmbio para países exportadores de recursos naturais e elevada liquidez com relativa estabilidade financeira (Unctad, 2007, BIS, 2008, IMF, 2008).

No plano político, o governo Kirchner realizou uma inflexão marcante frente aos seus antecessores imediatos, cujo flerte fatal com o radicalismo das reformas pró-mercado foi identificado no seio do novo governo como sendo uma das principais fontes da crise de 2001-2002 (Mecon, 2007). Em seu começo, o governo endureceu as negociações da reestruturação da dívida externa e com setores produtivos domésticos considerados, na ótica governamental, como capazes de minar a nova política de crescimento. A partir de 2007, o ambiente econômico internacional deixou de ser tão benéfico e as pressões inflacionárias internas se agravaram. E, mais importante, se explicitaram, na forma de uma nova crise política, os conflitos distributivos derivados da recusa dos setores produtivos de base rural em ampliar seu aporte no financiamento das políticas públicas.

2.1 Neoliberalismo na Argentina: apogeu e crise

Argumenta-se aqui que tal resultado aparentemente contraditório, qual seja, a emergência de uma grave crise política a um processo de intenso dinamismo econômico não é um mero fato isolado decorrente da personalidade tida como “difícil” da nova mandatária do país. Ele representa a nova manifestação de um tema recorrente no desenvolvimento argentino: o conflito distributivo gerado em uma sociedade acostumada com a abundância de recursos. Na presente conjuntura, parece ser legítimo especular que a profunda deterioração do tecido social dos anos 1990 não teria criado expectativas de que a recuperação econômica seria capaz de garantir, de forma ampla, a retomada dos padrões de vida tidos como “naturais”. Afinal, conforme será argumentado na próxima seção, em uma perspectiva histórica de longo prazo a Argentina sempre foi um país próspero e homogêneo em termos de distribuição da renda que a média latino-americana.

Neste marco mais geral é possível considerar que a implementação do neoliberalismo na Argentina revelou-se como um mergulho no subdesenvolvimento¹. Verificou-se, quando se considera a intensidade e a rapidez, um processo inédito de deterioração das condições sociais. Flagelos tão comuns nos seus vizinhos como pobreza, desemprego, precarização das relações de trabalho, elevada desigualdade na

¹ Nossa referência aqui é a análise clássica de Furtado (1961).

distribuição de renda, etc., e que até pouco tempo pareciam ser distantes da sua realidade sócio-econômica, tornaram-se partes constitutivas da Argentina liberal e globalizada que emergiu a partir das reformas estruturais dos anos 1990 (Damil, Frenkel e Maurizio, 2007). Tal processo esteve condicionado pela implementação da estratégia de estabilização monetária por meio da fixação do valor do peso em termos do dólar estadunidense – no regime de *currency board* da “Conversibilidade” – e pelas reformas estruturais de caráter liberal que marcaram os sucessivos governos dos anos 1990.

A significativa adesão da sociedade às políticas neoliberais parece se derivar de um momento inicial de sucesso no enfrentamento da inflação alta e crônica², que foi possível sem se abrir mão do crescimento³. A despeito deste aparente sucesso, amplificava-se a vulnerabilidade fiscal e externa. A dívida pública cresceu de forma contínua, tendo dobrado como proporção ao PIB entre os anos de 1992 e 2001 (atingindo aqui cerca de 50% do PIB). Posteriormente, a forte desvalorização do Peso fez com aquele indicador ultrapassasse os 100%, em 2002. Somente com a reestruturação da dívida, tanto a emitida internamente, quanto, principalmente, a dívida pública externa, houve uma recomposição da solvência pública.

O sistema da conversibilidade implementado em 1991 revelou uma baixa capacidade de absorver os choques externos. Ademais, induziu a cristalização de um padrão de crescimento baseado na expansão do consumo privado em um ritmo superior à variação da renda, financiado com crescente endividamento externo⁴. Os níveis de investimento não cresceram proporcionalmente ao boom de entrada de investimento externo⁵. Tal quadro foi agravado pela deterioração da posição comercial externa e desestruturação do setor produtivo. Os crescentes déficits em conta corrente, que ultrapassavam a casa dos 4% do PIB, traduziam a expansão nos gastos com bens e serviços do resto do mundo em uma proporção muito maior do que a capacidade do país adquirir divisas por meio das exportações. A entrada líquida de capitais pela via financeira permitiu a sustentação desse modelo, o que implicou um endividamento crescente⁶.

Tal experiência parece se enquadrar nos marcos mais gerais dos efeitos da liberalização sobre os países em desenvolvimento (Prasad et al., 2003, Cepal, 2004). Em um contexto de maior instabilidade dos mercados financeiros internacionais, a Argentina passou a depender cada vez mais de recursos oficiais, dos pacotes financeiros

² A Argentina havia experimentado ao longo da “década perdida” um processo de baixo crescimento e elevada inflação. Em 1988, o país havia suspenso o pagamento da dívida externa. No ano seguinte, o novo presidente, Carlos Menem, assume o cargo de forma antecipada, após a fragilização do governo Alfonsín, que enfrentou dois episódios hiperinflacionários. Na ocasião, as reservas internacionais do Banco Central estavam abaixo dos US\$ 500 milhões e a inflação anualizada beirava os 5.000%.

³ Entre 1991 e 1994, a economia cresceu em um ritmo médio de 8% ao ano. Até 1998, a taxa média foi de 6%.

⁴ Entre 1992 e 1998, a economia cresceu ao ritmo de 6% ao ano, acumulando um déficit em transações correntes de mais de US\$ 60 bilhões, financiados por uma entrada líquida de capitais de cerca de US\$ 100 bilhões. Somente em investimento direto externo (valores brutos) o país captou US\$ 60 bilhões no mesmo período, quando da privatização de setores importantes como energia, petróleo e telecomunicações (IMF, 2004).

⁵ Entre 1980 e 1990, a formação bruta de capital como proporção do PIB foi, em média, de 20%. Entre 1991 e 2002, tal relação caiu para 18%. No melhor momento da economia argentina nos 1990, os investimentos chegaram a 20%, ao passo que na década anterior eles atingiram até 24% do PIB (Anuário Estatístico da Cepal, 2003 – www.eclcl.org, dados capturados em março de 2005).

⁶ Em dezembro de 1991, a dívida externa total da Argentina era de US\$ 62 bilhões, o que equivalia a 32% do PIB ou 5,1 vezes o volume de exportações. Entre 1998 e 2001, a dívida ultrapassou a casa dos US\$ 140 bilhões, mais de 50% do PIB, em média, ou quase 6 vezes, as exportações. Em sua estrutura, mostrou-se predominantemente pública – mais de 60% na média do período. Verificou-se uma participação crescente de tomadores privados, financeiros e não financeiros (estimativas dos autores com base nos dados do Ministério da Economia – Informes Trimestrais de Conjuntura – tabelas do setor externo – www.mecon.gov.ar). A relação juros pagos/exportações deteriorou-se fortemente, passando de cerca de 30%, entre 1991-1993, para mais de 40% depois de 1999.

liderados pelo FMI, e de captações junto ao mercado privado de títulos de dívida portadores de juros suficientemente altos para contentar o apetite dos administradores dos fundos de investimentos mais agressivos em suas metas de rentabilidade⁷. Com a moratória de 2001 restou a necessidade de se reestruturar⁸ uma dívida pulverizada de um país em convulsão social.

Se os problemas fiscais e externos podem não ter uma repercussão imediata na vida cotidiana de uma sociedade, o mesmo não pode se dizer da deterioração das condições de funcionamento do mercado de trabalho e, também, de precarização das condições sociais em um sentido mais amplo. No caso argentino, a taxa de desemprego do período de crise dos anos 1990 triplicou frente à média da “década perdida” e os salários reais atingiram os piores níveis das últimas três décadas⁹. Ampliou-se, de forma inédita na história recente e em um ritmo talvez sem precedentes no próprio contexto latino-americano, o grau de desigualdade na distribuição de renda. Em pouco mais de uma década, de um país caracterizado por uma alta homogeneidade social, para um novo perfil de concentração da renda mais próximo à realidade média latino-americana.

Embora este processo já tivesse começado em 1974, com o ‘Rodrigazo’ (ver próxima seção), e se agravado com as políticas liberais aplicadas entre 1976-1981 pelo governo militar, nos anos 90 foi notório o aprofundamento desta tendência. Entre 1980 e 2002, o decil superior viu sua participação na renda passar de 31% para 41%, ao passo que o decil inferior experimentou uma queda de 2,8% para 1,8%. A principal contrapartida nessa mudança foi a queda nos decis intermediários, que perderam espaço equivalente a 10 pontos percentuais do PIB, caracterizando um achatamento na classe média, predominantemente urbana. Em 2002, o índice de Gini para a Argentina era de 0,590, bem acima dos 0,501 de 1990. Assim, o quadro distributivo argentino, no auge da crise e após mais de uma década de reformas liberalizantes, era pior do que o verificado em países como Bolívia, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, México e todos os países centroamericanos. Os dados, presente na tabela 1, sugerem que até a crise da dívida externa, a Argentina apresentava, junto com o Uruguai, os níveis de distribuição de renda mais equitativos entre os principais países da região. Entre o princípio dos anos 1980 e os anos 1990, o perfil argentino foi se tornando mais próximo à experiência média da região.

1. Índice de Gini em Países Selecionados, 1950-2005

	1950s	1960s	1970s	1980s	1990s	2002/2003	2005
Argentina	0,37	0,41	0,42	0,46	0,52	0,59	0,52
Brasil	0,57	nd	0,63	0,62	0,63	0,62	0,61
Chile	0,46	0,46	0,47	0,52	0,52	0,55	0,55
Colômbia	0,51	0,54	0,52	0,47	0,46	0,57	0,58
México	0,59	0,61	0,55	0,48	0,42	0,51	0,53
Uruguai	nd	0,33	0,33	0,43	0,44	0,46	0,45
Venezuela	nd	nd	0,49	0,39	0,40	0,50	0,49

Fonte: Thorp (1998) e Panorama Social da América Latina 2006 (www.eclac.cl - dados capturados em maio de 2007).

⁷ O FMI enfatizou a inconsistência da política fiscal e a rigidez do regime cambial como causas da crise. É importante lembrar que o FMI apoiou sistematicamente o regime de conversibilidade e tomou o país como caso exemplar por muitos anos (IMF, 2004).

⁸ Originalmente havia 152 títulos de dívida, denominados em seis moedas distintas e atrelados às jurisdições de oito países, além de cerca de quinhentos mil investidores envolvidos. Em fevereiro de 2005, a dívida elegível à reestruturação, incluindo os juros atrasados, era US\$ 104 bilhões. Após o swap ficou em US\$ 36 bilhões. Os três novos títulos emitidos apresentaram um valor de face equivalente a 35% dos montantes originais - um dos maiores deságios da história. Mais importante ainda são os seus prazos de vencimento, que chegam a quarenta e dois anos.

⁹ A taxa de desemprego média dos anos 1980, a “década perdida”, ficou abaixo de 5%. Tal patamar foi crescendo nos anos 1990, até atingir a casa de 20% no auge da crise. Os salários reais caíram praticamente pela metade, quando se toma a média do período 1984-86, e os anos de crise (1999-2002). Anuário Estatístico da Cepal, 2003 (www.eclac.cl - dados capturados em março de 2005). Elaborado pelos autores.

No auge da crise de 2002 e tomando por referência o contexto latino-americano, a distribuição de renda da Argentina só não era pior que a do Brasil. A pobreza, que sempre foi um fenômeno marginal, tornou-se generalizada, afetando metade da população. Para se ter uma noção da dinâmica de deterioração no quadro da pobreza, basta lembrar que em 1980 somente 7% das famílias urbanas argentinas foram consideradas pobres pelos critérios da CEPAL, que considera como ponto de corte a renda recebida inferior ao dobro do valor da cesta básica de alimentação. Já a indigência, que significa uma renda inferior ao valor da cesta básica de alimentos, era de 2%. Em 2002, tais cifras subiram, de forma dramática, para, respectivamente, 45% e 21%. Com a crise social que se instaura em 1999 os rendimentos reais do trabalho atingiram seus níveis mais baixos em um quarto de século e a taxa de desemprego cristalizou-se em um patamar médio de 15% (com picos acima de 20%), o que era um nível três vezes superior àquele derivado da crise dos anos 1980.

A partir de uma ampla revisão de bases estatísticas dispersas e descontínuas no tempo, Lindenboim, Graña e Kennedy (2005) fornecem uma visão de longo prazo sobre a distribuição funcional da renda, que reforça a perspectiva de que a crise dos anos 1990 conduziu a Argentina ao mais grave quadro de deterioração do mundo do trabalho. A média histórica da participação dos salários na renda foi superior a 40% entre 1950-1973. No período posterior as estimativas não oficiais apontam para uma piora no quadro distributivo em momentos de exceção política (início da ditadura militar, 1976-1977) e econômica (crises financeiras com forte desvalorização cambial, 1982-1983). A recuperação do início dos anos da conversibilidade se deu em um momento de combinação de crescimento da renda e peso fortalecido. Entre 2001 e 2003 chegou-se ao piso da série histórica – oficial e estimada pelos autores – com uma participação média de cerca de 30% do PIB entre 1998 e 2004.

2.2 A Era Kirchner: recuperação econômica e a volta dos velhos dilemas

A era Kirchner (2003-2007) coincidiu com o auge da recuperação da economia mundial, após a contração de 2001 e 2002. Explicitou-se, nessa fase, a crescente importância da China como fonte de demanda de alimentos, matérias-primas e energia, contribuindo para a maior elevação no preço destes desde meados dos anos 1970. Ao mesmo tempo, as exportações chinesas de manufaturas contribuíram para a manutenção da inflação mundial sob controle (Unctad, 2007, IMF, 2008). Tal combinação virtuosa perdeu vigor a partir de 2007, mas, ainda assim, foi, naquele período, suficiente para garantir a melhoria nos termos de intercâmbio de países que, como a Argentina¹⁰, tem estruturas produtivas e de comércio exterior dependentes da exportação de bens intensivos em recursos naturais¹¹. Assim, a recuperação da capacidade exportadora nesse novo ambiente gerou as condições iniciais para a retomada da economia Argentina. Posteriormente, investimentos e consumo (público e privado) foram os componentes mais dinâmicos da demanda.

Assim, depois de 2003, a economia passou a crescer no mesmo ritmo verificado no auge da euforia da Conversibilidade dos anos 1990, ou seja, cerca de 8% ao ano. Do ponto de vista da gestão macroeconômica, inverteu-se a relação prévia dos preços fundamentais: juros reais baixos e taxa de câmbio alta passaram a compor o novo contexto. As taxas básicas de juros foram recuando de forma sistemática, passando de

¹⁰ Desde meados de 2002 os termos de intercâmbio (TI) vêm crescendo de forma consistente. Ao final do primeiro semestre de 2006 seu valor estava 10,5% acima da média 1996-2005 ou quase 20% além do valor de 1993 (La Economía Argentina al tercer trimestre de 2006 – www.mecon.gov.br - capturado em dezembro de 2006).

¹¹ Produtos primários, industrializados de origem agropecuária e do setor de energia (petróleo e derivados) representam 70% da pauta exportadora de mercadorias da Argentina (IMF, 2005).

um patamar de quase 40%, em 2003, para algo que tem oscilado entre 8% e 11% nos anos seguintes, o que implica taxas reais próximas de zero. A taxa de câmbio nominal manteve-se acima de três pesos por dólar estadunidense, com o governo mirando a manutenção de um “peso fraco”, em termos reais e efetivos. Isso se deu exatamente no momento em que o dólar perdia mais de metade de seu valor frente à imensa maioria das moedas de seus parceiros comerciais (IMF, 2008, BIS, 2008).

As políticas de controles sobre as entradas de capitais, nos moldes do “modelo chileno”, e de recomposição de reservas contribuíram para estabilizar o valor do peso em um nível competitivo – do ponto de vista das exportações, ainda que potencialmente prejudicial para a evolução dos preços domésticos, dado o elevado grau de abertura da economia. Os superávits em conta corrente – média de 3% do PIB entre 2003 e 2007 – marcam uma diferença substantiva sobre o padrão dos anos 1990 de “absorção de poupança” externa da ordem de 4% ao ano (IMF, 2005b). Todavia, a própria recuperação da absorção doméstica está fazendo com que os resultados comerciais favoráveis estejam perdendo força, dado o intenso crescimento das importações. Assim, se as exportações se mantiveram em cerca de 14% do PIB depois de 2003, as importações passaram de uma média de 10% entre 2001 e 2004, para 13% do PIB depois de 2006. Os saldos vêm caírem de uma média de 3% do PIB entre 2001 e 2006, para 0,7% do PIB em 2007. Por outro lado, a formação bruta de capital vem superando os níveis pré-crise, atingindo cerca de 23% do PIB em 2006 e 2007, o que vem sendo financiado com poupança doméstica (Mecon, 2008, Damil, Frenkel e Maurizio, 2007,).

O dinamismo renovado vem se transmitindo para as contas públicas, onde o governo consolidado obtém uma posição primária superavitária da ordem de 3% do PIB (média 2003-2007), graças aos sucessivos recordes de arrecadação tributária, o que tem permitido, simultaneamente, uma retomada dos gastos correntes e investimento sociais e em infra-estrutura. Mesmo quando se computam as despesas financeiras (pagamento de juros), a situação é de um superávit acima de 1% do PIB, na média 2003-2007. Do ponto de vista da composição das receitas, as tributações do comércio exterior passaram a representar, em média 15% do total arrecadado, contra os 4% verificados em 2001. Entre o auge da crise, no começo de 2002, e o começo de 2008, as receitas públicas cresceram em 9 pontos percentuais do PIB e os gastos em 5 pontos percentuais, de modo que, neste último período correspondiam, respectivamente, a 22% e 20% do PIB. É importante notar que o período recente marcou uma inversão importante do desempenho fiscal. Assim, entre 1994 e 2002 as receitas se mantinham em cerca de 14% do PIB e as despesas em mais de 16%, configurando um quadro de déficit estrutural. O *boom* pós-2003 inverteu essa equação perversa, com importantes ganhos de receitas, que permitiram ampliar e recompor os gastos públicos. Assim, se antes desse período os gastos públicos com formação bruta de capital não atingiam 1% do PIB, em 2007 estes atingiram 2,7% do PIB (Mecon, 2008).

O crescimento da renda contribuiu para reduzir a taxa de desemprego, que no auge da crise chegou a quase um quarto da força de trabalho. Em 2006 a renda *per capita* superou os patamares pré-crise, estando cinco pontos percentuais acima do pico alcançado no segundo semestre de 1998¹². O salário mínimo, que no auge da crise cobria somente 30% dos gastos da cesta básica total, vem recuperando gradativamente seu poder de compra. A pobreza e a indigência também recuaram, porém o país ainda está longe de ter se reencontrado com seu passado de elevada homogeneidade social¹³.

¹² Estimativas oficiais (La Economía Argentina al tercer trimestre de 2006 – www.mecon.gov.br - capturado em dezembro de 2006). No começo de 2008, a taxa de desemprego era de 8% (Ministério de Economía, 2008).

¹³ No final 2006 a pobreza ainda atingia 27% da população (metade do verificado no auge da crise) e a indigência

Assim, na Argentina contemporânea, não só há o problema recorrente dos limites – fiscais, monetários, da estrutura econômica e de inserção internacional – ao crescimento sustentável como, aparentemente, colocou-se um novo entrave: a frágil conexão entre a expansão econômica e o fortalecimento do tecido social, o que pode contribuir para explicar as tensões políticas em um país cuja população não estava habituada à desigualdade estrutural¹⁴.

É interessante notar que a equipe de Lavagna, ministro da Economia (2002-2005) que liderou a recuperação até sua substituição no final de 2005, colocou-se contra a estratégia de estabilização sugerida pelo FMI (IMF, 2004, 2005) para o período que se seguiu ao default. Para o Fundo havia um forte risco de hiperinflação, que deveria ser combatida com um significativo aperto monetário e fiscal. Para os argentinos, a elevada capacidade ociosa da economia, se ancorada por uma política fiscal saudável (mas não tão apertada quanto às verificadas no Brasil e Turquia), poderia absorver uma expansão monetária sem gerar um descontrole no valor do peso. Para Torres (2005) e Damil, Frenkel e Maurizio (2007) a avaliação correta da administração Lavagna evidenciaria os limites da capacidade analítica do Fundo sobre a realidade política, econômica e social dos seus membros. Ademais, a estratégia macroeconômica pós-crise teria sido fundamental para garantir a recuperação.

Em Mecon (2007) pode-se constatar o compromisso da administração Kirchner (2003-2007) em implementar uma “nova estratégia de desenvolvimento” capaz de articular um conjunto alternativo de políticas macroeconômicas e de incentivos ao setor produtivo. No primeiro plano são estabelecidas três prioridades: (i) a manutenção de uma taxa de câmbio real competitiva; (ii) o estabelecimento de uma política fiscal “prudente”; e (iii) a implementação de políticas de renda capazes de contra-arrestar a tendência anterior de deterioração do quadro distributivo. Fugiria ao escopo do presente trabalho analisar em detalhes todas as políticas implementadas e sua influência na recuperação econômica em curso¹⁵. Ainda assim, é importante destacar suas linhas gerais, consistência interna e interações com elementos externos à dinâmica econômica nacional. Do ponto de vista da gestão monetária e cambial a Argentina vem adotando um regime cambial flutuante de jure, e administrado *de facto*, combinado à implementação de metas formais de expansão de M2 que, todavia, não tem impendido uma atuação ativa no mercado interbancário para moderar a expansão da taxa de juros doméstica.

Damil, Frankel e Maurizio (2007) chamam a atenção para as diferenças entre os regimes formalmente declarados e sua administração concreta. Assim, por exemplo, por mais que não haja uma meta formal para a taxa de câmbio e, segundo aqueles autores, mesmo que o Banco Central não fale explicitamente em manter a taxa de câmbio real em certo nível considerado “competitivo”¹⁶, a combinação de compras maciças de divisas (pelo Banco Central e Governo Federal, especialmente através do Banco de la

chegava a 9% (1/3 dos níveis de 2002) (Mecon, 2007). Em 2007, a pobreza atingia 21% da população e a indigência 8%. O índice de Gini havia recuado, de 0,59 (2000-2003) para 0,51 em 2006 (Informe Economico 2007, www.mecon.gov.br - Julho de 2008).

¹⁴ Esse argumento aparece em Torres (2005) ao criticar as políticas do FMI.

¹⁵ Mecon (2007) apresentam as políticas e instrumentos. Damil, Frenkel e Maurizio fazem uma análise simpática à estratégia em curso, ao passo que o FMI (2005, 2006), mesmo constatando os resultados favoráveis, mantém-se contrário ao caráter heterodoxo das políticas.

¹⁶ O Ministério da Economia (Mecon, 2007) é mais explícito na definição deste objetivo geral. Os analistas sugerem que a manutenção do dólar ao redor de três pesos seria o foco desta política (Damil, Frankel e Maurizio, 2007).

Nación) e controles sobre entradas de capitais¹⁷ estaria contribuindo para manter o Peso relativamente isolado das pressões de depreciação do dólar.

É no plano fiscal que se explicitam a ligação entre os fatores internos e externos da recuperação, bem como o conflito distributivo. Os ganhos de receita se concentraram na taxação das exportações, que passaram de menos de 1% do PIB em 2001 para cerca de 3% do PIB em 2007. Essa responderia por metade dos ganhos fiscais totais no período 2003-2007, concentrando-se, por sua vez, na apropriação dos *windfall gains* do boom no mercado de *commodities* (Unctad, 2007, IMF, 2008). No plano das despesas, a queda no pagamento de juros após a reestruturação da dívida abriu espaço para a ampliação de gastos correntes e em infra-estrutura. Ademais a bem-sucedida estratégia de reestruturação fez com que a dívida pública bruta fosse reduzida de cerca de 135% do PIB para 60%, entre 2003 e 2006, e 51% no começo de 2008 (Mecon, 2008).

Há uma intencionalidade clara na captura e socialização dos ganhos conjunturais de um ambiente excepcionalmente favorável de juros internacionais baixos, apetite dos investidores por maior risco/retorno e preços de *commodities* agrícolas e minerais em alta (Mecon, 2007, Damil, Frankel e Maurizio, 2007). Assim, tal quadro externo teria favorecido não apenas a própria reestruturação da dívida, como estaria garantindo para a Argentina aquilo que vem sendo apontado como uma combinação inédita nos últimos quarenta anos: forte crescimento da renda, com manutenção de sólidas posições externa e fiscal. É bem verdade que, tal combinação vem perdendo vigor, dada a rápida queda nos resultados do comércio exterior, a tensão provocada pelo aumento das sobre-taxas na exportação de *commodities* e as pressões inflacionárias.

No próximo tópico são resgatadas as origens históricas dos conflitos recentes.

3. Conflito Distributivo na Argentina: lições da história

É de Marx a observação que “a tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos” quando estes vão fazendo a sua história. Na Argentina, essa tradição refere-se às circunstâncias que surgiram durante o grande período agroexportador, mais precisamente à sociedade que surgiu da riqueza que gerava a comercialização no mercado internacional dos produtos vindos da Pampa Úmida. O fato básico é que desde fins do século XIX até a crise de 1930, essa região permitiu que se obtivesse imensa riqueza que possibilitou que sobre ela se desenvolvesse uma sociedade das mais elevadas civil e culturalmente, particularmente na cidade de Buenos Aires, mas desconexa dela *produtivamente*. Quer dizer, as atividades econômicas da Pampa Úmida não demandaram a imensa imigração européia que chegou à Argentina, mas sim permitiram que alcançassem elevados padrões de vida em atividades urbanas.

As camadas populares rapidamente passaram a se organizar politicamente para obter direitos políticos e civis, e já em 1916 conseguiram eleitoralmente deslocar do governo a tradicional elite terratenente colocando como Presidente do país Hipólito Yrigoyen pela União Cívica Radical (doravante UCR), partido representante das classes médias urbanas e dos agricultores médios. A elite rural só recuperou o poder político em

¹⁷ Excluindo-se os créditos comerciais, as captações de novos recursos por meio de instrumentos de dívida e o investimento direto externo, as outras modalidades de capitais devem, desde 2005, manter uma proporção de 30% em depósitos não remunerados no Banco Central. Aparentemente tal mecanismo não tem impedido a entrada de capitais, especialmente porque os investidores têm comprado ativos argentinos no exterior (especialmente ações) para posterior revenda no mercado bursátil local, de modo a evadir os controles. Damil, Frankel, Maurizio (2007) apontam que o governo está consciente deste fato, mas teria optado por manter os controles como “efeito-sinalizador” do objetivo mais que é sustentar a competitividade do peso.

1930, não por meio do sistema democrático, mas, do primeiro golpe militar desde a constituição do Estado Nacional em meados do século anterior. Pouco depois impôs um regime democrático que seria uma caricatura do período antecedente, vencendo eleições se utilizando de evidentes mecanismos de fraude combinado com opressão e repressão violenta. A “década infame”, como passou a ser denominado o período pela população, concluiria em 1943 mediante um novo golpe militar, que levaria, após muitos vaivens políticos, Perón à presidência, em 1946. Assim, como três décadas antes, os setores populares urbanos, agora adensados pelas classes baixas e proletárias, respondiam com força às pretensões da elite e instalava-se uma divisão que duraria, progressivamente mais intensa, por quase meio século.

3.1 Origens dos Conflitos Distributivos na Argentina Contemporânea

As transformações políticas e sociais levavam implicitamente a aceitação por parte da maioria dos participantes que, no fundo, as condições de geração de riqueza do país não tinham mudado. Portanto, da mesma forma que no plano político-social os setores subalternos não questionavam a escolha pelo regime democrático-burguês, na esfera econômica, também aceitavam que a riqueza do país fundamentalmente se originava nas exportações dos produtos da Pampa Úmida. Quer dizer, para os distintos grupos sociais, urbanos ou rurais, a Argentina não teria um problema de *existência de riqueza*. Sendo assim, a disputa entre grupos sociais antagônicos se daria pela sua *distribuição*. Para os setores médios e populares, a elite podia obter uma porção superior da renda agropecuária graças ao acesso exclusivo aos cargos públicos, ao controle privativo do governo nacional e ao limitar a atividade econômica ao setor exportador. Portanto, assim como na área política, a democracia possibilitaria um acesso equitativo às prebendas e aos cargos no governo.

No plano econômico, a defesa de atividades produtivas para além das da Pampa Úmida também constituía, fundamentalmente, em estabelecer novas formas de *distribuição da renda, mas não de sua criação*. O comportamento da elite após retomar o governo com o golpe militar de 1930, por outro lado, confirmaria plenamente ao resto da sociedade que ela se tinha associado ao capital estrangeiro para se beneficiar à custa do país. O Tratado de 1933 com a Grã Bretanha seria a prova de tal cumplicidade: para preservar as exportações de carne, os britânicos receberam grandes benefícios, e o vice-presidente argentino, Julio A. Roca, declararia a sua satisfação em perceber a Argentina com um *domínio do Império*. Assim, para a elite rural as crises econômicas do país procediam do esbanjamento redistributivo incitado pelas pressões das classes populares e médias.

Dessa forma é que o conflito distributivo se explicitou geneticamente na Argentina contemporânea. Todavia, sua permanência não pode obscurecer o fato de que, ao longo do tempo, o conflito passa a se dar em marcos econômicos distintos, onde a riqueza concreta que a Pampa Úmida pode gerar a partir dos anos 1930 já não é igual à gerada no período em essa disputa surgiu. Uma recorrência temporal parece ser de que, a cada crise econômica e social, cada segmento da sociedade percebe no outro a fonte dos problemas nacionais. Curiosamente, um episódio onde isto ficaria claro aconteceu a princípios da década de 1940 quando se debateu no Congresso o Plano Pinedo, que, para muitos, foi o primeiro a propor a industrialização do país.

Pinedo era o então Ministro de Economia de um governo conservador da elite tradicional, empossado em eleições fraudulentas, mas que vinha impulsionando uma política de industrialização substitutiva de importações, tendo Raúl Prebisch como principal assessor. A Câmara de Deputados não aprovou o Plano, que foi rejeitado pelos

parlamentares da UCR. Essa posição foi um veto desse Partido ao governo nacional, que mais uma vez o tinha despojado da vitória eleitoral por meio de várias fraudes explícitas. Os representantes da UCR manifestaram que a existência da Pampa Úmida eliminava qualquer outro grande problema econômico no país: *“podrán caerse todas las chimeneas, pero mientras el campo produzca y exporte, el país seguirá comprando lo que necesite, seguramente a un precio inferior que el determinado por la Aduana para favorecer intereses creados”* (Llach, 1984, p.21). Essa idéia reaparece em Perón, que justificaria a sua política econômica na necessidade de pôr fim à cumplicidade da elite ao roubo da riqueza do país por parte de grupos de interesses internos e externos: *“la Argentina es un país riquísimo que hasta ahora había sido saqueado por propios y extraños”* (Perón, 1948a, p.45). Embora Perón seja associado ao impulso da industrialização, ao se analisar seus discursos, fica claro que para ele a riqueza do país provinha da Pampa Úmida.

Esses dois movimentos políticos populares, que até recentemente obtinham a quase totalidade dos votos nas eleições, se caracterizaram por se posicionar contra a elite rural. Essa oposição seria ainda mais intensa em Perón, cuja formação militar se explicita na transposição para o âmbito político de um discurso de guerra. Para se declarar defensor do ‘povo’, Perón elegeu como ‘inimigo’ a ‘oligarquia’. Ciria (1971, p.63) afirma que *“[l]a idea de «movimiento» que Perón buscó aplicar a sus fuerzas, no deja de recordar paralelos con la «causa» de Yrigoyen, así como la oposición peronista a la «oligarquía» puede parangonarse con el rechazo radical hacia el «régimen»”*. Como afirma Sidicaro (2002, p.65), *“El término oligarquía, ya usado anteriormente en el lenguaje político vernáculo, más allá de su carácter difuso y multívoco, era empleado por los peronistas para referirse, en general, a sus más disímiles adversarios, pero la propiedad de la tierra era el atributo material que más inmediata y fuertemente se asociaba a esa palabra”*. Tanto a teoria, quanto a prática peronista, tendiam a considerar como pouco ou nada produtivos, e não solidários, certos setores sociais, tais como os grandes terratenentes e os círculos de intermediários ligados à comercialização de produtos de consumo de massa (Buchrucker, 1987, p.325).

Em síntese, os principais movimentos políticos urbanos, “radicalismo” e “peronismo”, não pretendiam revolucionar os verdadeiros pilares da economia argentina. Nenhum apresentou propostas capazes de alterar a estrutura econômica¹⁸. E, se durante a campanha eleitoral em 1945 Perón alentou uma ‘reforma agrária’ com discursos explosivos, ela foi rápida e sigilosamente abandonada ao chegar ao governo no ano seguinte e durante todos seus dez anos de mandato¹⁹. Little (1988, p.272) destaca que o reformismo de Perón *“no produjo ninguna transformación fundamental de las estructuras económicas y legales, representó un cambio dramático en las actitudes. Pero este fuerte impacto no es tanto un tributo a sus importantes logros sino más bien a la indignación que había sufrido la clase obrera durante tanto tiempo. En estas circunstancias la reforma más moderada podía presentarse de un modo espectacular”*.

¹⁸ “Las repetidas declaraciones de Perón acerca de la intención de las reformas sociales – que perseguían una domesticación y no una movilización de las clases bajas – no lograron disipar las dudas de los círculos empresarios respecto a su política. Esos círculos no creían en el peligro de una revolución comunista, tantas veces señaladas por Perón en sus discursos, y contemplaban la legislación social del gobierno como un injustificado cercenamiento de sus bienes” (Waldmann, 1981, p.158).

¹⁹ “Esto se complementa con el conocido hecho de que tanto la Sociedad Rural como los grandes terratenientes salieron incólumes de la época peronista. Salvo rarísimas excepciones – la estancia Pereyra Iraola, el grupo Bemberg –, no se produjeron expropiaciones masivas a sus intereses. La Sociedad Rural mantuvo durante el período una actitud bastante complaciente con el régimen, y los ministros de agricultura del justicialismo siguieron formando parte de la institución” (Ciria, 1971, p.59-60)

A despeito dos fortes discursos industrialistas por partes certos grupos, a indústria teve um papel muito mais significativo como mecanismo distributivo da renda, do que como proposta de criação de um novo eixo ordenador da economia. Isto é o que Llach (1984) denomina ‘mercado internismo’, i.e. as forças políticas que foram surgindo, especialmente após a crise de 1930, no bojo da industrialização substitutiva, na verdade propunham o desenvolvimento do *mercado interno*. Isto significava não só o apoio à indústria, mas também dos serviços urbanos e das atividades governamentais. Aquelas forças, peronistas ou radicais, não significavam um projeto de instalação no país de uma estrutura industrial integrada. Eram, antes de mais nada, partidárias da industrialização como um mecanismo de *distribuição*. Neste contexto, as classes populares e médias aderiam ao “novo modelo” por meio da exigência de pleno emprego, níveis salariais elevados e igualdade de direito de acesso aos cargos oficiais. A força política desses movimentos provinha do desenvolvimento *urbano*, não tendo ligação direta com o setor econômico declarado *urbi et orbi* como o gerador da riqueza do país, a *Pampa Úmida*.

A elite tradicional, desde a derrota política diante dos radicais, em 1916, após meio século de monopólio do poder, jamais aceitou os termos distributivistas propostos pelos setores urbanos. Adotou uma posição de revanche, que desenvolveria até com *gusto*, contra “*a chusma radical*” embora, não tenha existido ato algum por parte dos governos da UCR entre 1916-1930 no sentido de alterar as bases econômicas ou sociais do país. Sua resposta foi o golpe militar de 1930 e os governos fraudulentos dessa ‘década infame’. Os governos peronistas simbolizaram a resposta ‘popular’ à reação conservadora da década de 1930. A elite daria uma nova resposta com “A Revolução Libertadora” de 1955. Nesses marcos que Jauretche (1967, p.23) afirma que “*1930 y 1955 son fechas equivalentes, y la Década Infame y la Revolución Libertadora se identifican en los fines, en la técnica revolucionaria, en los equipos de gobierno y en el mismo aprovechamiento de las fuerzas militares destinadas al increíble papel de frenar la grandeza nacional y cerrarle al país –cuya expresión armada de potencia son – el camino que les abriría la posibilidad de ser potencia*”. Em 1955 se inicia um período de marchas e contramarchas econômicas, políticas e sociais que culminariam com o golpe militar de 1976. Este pode ser interpretado como sendo a reação mais feroz da elite tradicional às pretensões populares instaladas com o retorno do Perón ao governo em 1973. No plano político, a ferocidade se manifestou na perseguição política e maciça eliminação física de militantes políticos e sindicais. No plano econômico, pela tentativa, a qualquer custo, de retorno ao modelo agroexportador. Ao analisar a gestão econômica dos governos militares desse período, Canitrot (1980, p.5) afirma que:

[I]a intención de producir transformaciones radicales no es un planteo original del actual gobierno. En la Argentina es una pretensión recurrente de gobiernos, partidos e ideologías. Debe aceptarse como el reflejo de un estado extendido de insatisfacción con respecto a la historia nacional de las últimas décadas. El mito dominante es que el país es intrínsecamente muy rico -como lo demostraron los años que transcurrieron entre 1880 y 1930- y destinado a ocupar una posición descollante en el mundo y de claro liderazgo en América Latina. Ese destino aparentemente se frustró: la Argentina se estancó en su crecimiento y fue perdiendo posiciones en relación a otros países y en particular al Brasil. Sobre las causas de esa frustración no hay acuerdo; cada postura ideológica señala diferentes culpables: el imperialismo, Perón, la vieja oligarquía, los sindicatos, los políticos, los industriales ineficientes, los judíos, los militares, el carácter nacional, etcétera. Pero el mito en sí, del destino frustrado y de la necesidad de que la Argentina reencuentre su camino hacia su innata grandeza, reúne un consenso mayoritario.

O programa social, político e econômico de 1976 foi uma versão radicalizada do golpe de 1955. Se para o peronismo o sofrimento popular se devia ao egoísmo da elite, para essa os males da economia provinham de populismo do peronismo que prejudicava

ao setor chave da economia. Numa publicação da época, *El Libro Negro*, acusa-se o peronismo de ter “*descuidado el campo que siempre ha constituido y constituye el pilar de la economía argentina, al punto de que todavía hoy procede de él el 95% de las divisas*” (Carl, 1958, p.145, grifos nossos) e que “*el desarrollo industrial indiscriminado no produjo aquella independencia económica y por el contrario determinó mayores necesidades de divisas para su mantenimiento, al paso que disminuían progresivamente los saldos exportables*” (idem, p.146). Assim, em 1955, a elite vinculada ao campo difunde a idéia de que os problemas do país provinham da política industrializante de Perón contrária a natureza da economia argentina agrária²⁰.

O revanchismo da elite tradicional após 1955 contra o peronismo tinha como objetivo explícito apagar esse período da história Argentina, ou seja, “*desperonizar a sociedade Argentina*”. Houve uma perseguição a tudo que fosse vinculado a ‘Perón e Evita’. Mas esse movimento teve o efeito contrário: “nas classes populares foi tomando forma o mito de uma idade dourada justicialista... para os grupos dominantes essa era a época maldita em que ‘os operários acreditavam que tudo lhes estava permitido’. Em lugar de ‘desperonizar’ os trabalhadores, a Revolução Libertadora ‘reperonizou’ grandes setores populares decepcionados com segunda presidência de Perón” (Rouquié, 1982, p.140-41). Baily (1984, p.191) explica a reação operária não só pelas perdas econômicas, mas, também, pelo não reconhecimento do novo *status* social adquirido com o peronismo. Esse enfrentamento *social* receberia uma formulação *econômica* expressa na equação ‘industrialização vs. anti-industrialização’. O ‘povo’ apoiaria a industrialização do país contra a retrógrada elite rural que pelos seus interesses associados ao capital externo desejava manter uma Argentina primário-exportadora. Isto derivou depois na antinomia peronismo - antiperonismo onde suas tensões “ *fueron consciente – ¿o inconscientemente? – magnificados, simplificados y distorsionados por una retórica emocional que en ambos bandos prácticamente imposibilitó un enfoque más sereno de los problemas esenciales*” (Buchrucker, 1987, p.376-377).

Esse posicionamento dual seria totalmente contrário aos fatos. A indústria argentina nasce, timidamente, quase com a economia rural de exportação e recebe o impulso da primeira fase da substituição ‘fácil’ de importações durante a ‘infame década’ dos anos trinta²¹ sob a presidência de Justo, processo que se esgotaria no final da década dos quarenta, já com Perón no poder. A exaustão das divisas acumuladas durante a segunda guerra mundial e a seca que golpeou fortemente a produção primária, fizeram com que, no começo dos anos 1950, Perón defendesse um ‘retorno ao campo’²². Os efeitos recessivos dessas medidas geraram conflitos com sua base popular de apoio até sua queda, em 1955. Esse período medíocre, que contrastaria vivamente com a ‘fiesta peronista’ de 1946-49, é que ficaria apagado pela intensidade do revanchismo

²⁰ “Los portavoces de la vieja elite, vinculado al campo y a la economía de exportación, aprovecharon los debates que siguieron a la caída de Perón para transmitir un mensaje brutal y sencillo: el origen de los problemas del país estaba en el equivocado intento del peronismo por subvertir la economía «natural» de Argentina. En consecuencia, propusieron hacer tabla rasa con la estrategia que había llevado a la creación infraestructura industrial excesivamente protegida, que imponía una pesada carga a los productores rurales y fomentaba una incorporación prematura y excesiva de los trabajadores en el mercado de consumo. En su lugar, abogaron por un retorno a la estrategia económica basada en el librecambio y sus ventajas relativas, bajo cuyas líneas maestras Argentina había experimentado un formidable crecimiento hasta 1929” (Torre e Riz, 2002, p.239).

²¹ “Las críticas acerbas contra la vieja oligarquía han hecho profundo mal a nuestro conocimiento histórico. Se ha insistido tanto en que la oligarquía se opuso a la industrialización, que a partir de esas hipótesis no puede comprenderse de ninguna manera lo ocurrido en el treinta” (Schvarzer, 1977, p.59-60)

²² Assim, “la crisis de 1952 revelaría cuán endeble era una estrategia económica que llevaba inexorablemente al desequilibrio de los pagos externos y una expansión de la demanda nominal excesiva respecto del crecimiento de la oferta de bienes y servicios y de la capacidad de importar” (Ferrer, 1989, p.25).

posterior²³. Assim, o peronismo tornar-se-ia vítima por ter tentado dar um impulso industrial ao país. O confronto se dava com uma ‘oligarquia’ retrógrada, que, teimosamente, se aferrava à produção primária. Perón alegaria que “*en perjuicio del progreso industrial, careció y sigue careciendo de justificación, como no sea la de retrotraer el país a su vieja estructura agrícola pastoril*” (Perón, 1973c, p.17). E que “*en 1946, cuando tomé el gobierno, no se fabricaban en el país ni los alfileres que consumían nuestras modistas. En 1955 los dejó fabricando locomotoras, camiones, tractores, automóviles, motocicletas, motonetas, máquinas de coser, escribir y calcular, etc., y construyendo vapores*” (Perón, 1958, p.43). Mas os dados não confirmam a leitura de Perón. Para Peña (1986b, p.10-12) “*desde 1935 hasta 1937 la ocupación obrera creció en 108.000 personas. En comparación, desde 1946 hasta 1954 los obreros ocupados aumentaron en 117.000 (...) El aporte de la industria al producto bruto interno, en dólares de valor constante, fue de 77% entre 1937-1947 y de 13% de 1947 a 1957*”.

Em 1955, no momento de sua maior reputação internacional na CEPAL, Raúl Prebisch sintetizava assim a herança econômica de Perón: “*la Argentina atraviesa por la crisis más aguda de su desarrollo económico*” (apud Altamirano, 2001, p.51). Tal afirmação produziu um rancor peronista, cujos partidários não deixavam de lembrar seu passado de integrante dos governos da ‘década infame’, e, portanto, suspeito de querer fazer a Argentina retornar à fase agrária, préperonista. Essa será a interpretação, por exemplo, de um autor muito popular, de origem radical, que depois se associou ao peronismo, Arturo Jauretche ao editar “*O Plano Prebisch: retorno ao colonialismo*”. Mas, como assevera Altamirano (2001, p.52-3.) “[i]ndependientemente de cómo se juzgara el diagnóstico de Prebisch respecto del estado de la economía argentina en 1955 y aun las medidas que prescribía, no se podía extraer de su texto el sombrío programa antiindustrialista que le atribuía Jauretche”, o que não impedia que o mesmo Prebisch reconhecesse que as medidas provocariam o alta de preços dos artigos de consumo popular. Desta forma na Argentina, por seus vínculos com governos antipopulares, Prebisch ficou marcado como contrário à industrialização.

3.2 O Acirramento dos Conflitos nos anos 1970 e 1980

O fracasso da ‘desperonização’ levou a elite a aceitar, em 1958, a eleição presidencial onde Frondizi triunfou com um projeto desenvolvimentista. Tal fato se deu após um acordo com Perón, cujos votos foram transferidos a Frondizi. Perón, neste momento no exílio, estava proibido de participar do jogo político formal. O novo governo logo implementou uma forte desvalorização do Peso, induziu a recessão interna e a redução salarial com o objetivo de estimular a instalação das indústrias pesadas e o ingresso de indústrias estrangeiras. Após isso, o sindicalismo peronista lhe retirou o apoio e passou a combatê-lo. Diante disso, Frondizi perdeu também aceitação entre as elites e militares incomodados com o ressurgimento do peronismo, e o depuseram em 1962.

Depois de breve ‘normalização’ institucional, entre 1963 e 1966, os militares retomaram o poder mediante o golpe de estado liderado pelo General Onganía, em 1966. A assim-chamada “*Revolución Argentina*” declarava ter objetivos, mas não prazos – embora seus líderes achassem que necessitariam 20 anos para cumprir sua

²³ “En los años 1946, 1947 y 1948 la clase trabajadora argentina experimentó el mayor aumento de bienestar de toda su historia (...) Ni en la esplendorosa década que culminó con el Centenario, ni en los plácidos tiempos de Alvear, la bonanza económica había sido generosa con todos” (Gerchunoff, Llach, 2007, p.183). Mas essa melhora deve ser compreendida “no sólo en el sentido de una mejora de las condiciones de vida sino también de un aumento de su poder social” (Durruty, 1969, p.17).

agenda política. Apesar do crescimento econômico, esse projeto entrou em crise após o levante popular de 1969 – ‘O Cordobazo’, na cidade de Córdoba, após outros acontecimentos similares em várias províncias, pavimentando o caminho para o retorno de Perón ao governo, exilado desde 1955. A partir do período de ‘resistência’, iniciado em 1955, o peronismo foi ampliando as suas bases sociais a tal ponto que o conflito distributivo se manifestava dentro dele. Nesse contexto, só o efetivo retorno de Perón pareceu poder pôr fim a situação que se mostrava incontrollável, caracterizada pela crescente violência devido ao surgimento de diversos grupos de guerrilhas e revolucionários. Mas a percepção de se estar caminhando para uma situação de descontrole social deu impulso a um novo golpe militar em 1976²⁴. Canitrot conclui que a adoção do projeto de reforma liberal de 1976 possui como razão subjacente não argumentos associados ao desenvolvimento econômico, mas, sim, vinculados à crise política e destaca que a virtude da proposta do liberalismo econômico consistiu em demonstrar às Forças Armadas que *o esquema político-institucional* que procuravam substituir estava ligado estreitamente ao *ordenamento econômico* que lhe dava sustento²⁵. Assim, a reforma econômica era uma condição necessária à reforma política.

Entende-se que o objetivo do Plano de 1976 foi terminar com o peronismo, e que, para isso se entendia ser necessário enfraquecer a indústria nacional, base econômica das camadas populares, particularmente dos sindicatos vinculados ao Partido Justicialista de Perón. Seu sentido não era antiindustrialista *per se*, mas a indústria era vista como um obstáculo, por ser vista como um condicionante da *existência do peronismo*. Se existiam no país grupos raivosamente liberais, esses só conseguiram afetar o padrão de industrialização por terem recebido apoio das Forças Armadas, que modificaram suas prioridades, colocando o objetivo político-social acima do econômico. Um indiscutido representante da elite rural, Martínez de Hoz, seria o autor do plano econômico de 1976 e teve “*el papel de ser el artífice de esa restauración conservador, sin vacilar ante los costos que la población, y el conjunto de la Argentina, debieron pagar para ello*” (Schvarzer, 1986, p.37), cujo epicentro foi um processo irreversível de desindustrialização. Mas Schvarzer (1986, p.205-206) também mostra como foi objetivo evidente da feroz repressão militar desde 1976 o retorno do exclusivismo social do controle estatal; evitar que voltassem a governar «os mais através de equipes demagógicas o ineficientes» e que retornassem «os menos, os melhores mediante a exclusão eleitoral dos demais», como expressara Mariano Grondona reconhecido defensor de dito governo. Para Waldmann (1981, p.51-52) o peronismo foi uma reação da sociedade argentina ao “*uso que del aparato estatal que hacían los estratos más altos, que veían en ello casi una prebenda natural*” e possuía “*el plan de liberar al Estado, en general, de su estrecha ligazón con los factores sociales de poder e instalarlo en el punto de intersección de las relaciones entre los grupos sociales. Ya no debía ser propiedad más o menos exclusiva de los grupos que poseyeran más fuerza en el momento, sino que debía ocupar una posición de mediador, y estar, a la vez, por encima de ellos*”. Essa procura por espaços no aparato só repetia o que já tinha acontecido com os setores médios da UCR (Waldmann, 1981, p.113).

²⁴ “Esta percepción de los acontecimientos llevó a las Fuerzas Armadas a converger en programa, y parcialmente en ideología, con los sectores más duros del antiperonismo tradicional, sectores de pensamiento de raíz liberal, pero adversarios, en los hechos, a toda experiencia democrática donde participara el peronismo” (Canitrot, 1980, p.3).

²⁵ Como aponta Ciria (1971, p.35, n.5) a existência de uma ideologia industrialista entre os militares “muchos años después de la caída de Perón, puede notarse en la existencia actual en nuestro país de organismos como el Consejo Nacional de Desarrollo (CONADE), el Consejo Nacional de Seguridad (CONASE) y el Consejo Nacional de Ciencia y Técnica (CONACYT)”.

Assim o processo sociopolítico argentino gerou a conflituosa experiência que *“demostraba que el aparato del Estado podía ser utilizado a favor de grupos diferentes a los tradicionales y agravó los frentes de conflicto en el sistema”* (Sábato, Schvarzer, 1985, p.198).

Contudo, sobre este marco de conflito continuava vigente um problema eminentemente econômico: a impossibilidade da economia primária tradicional em responder às expectativas de todos os setores sociais. O limite tinha surgido quando da plena incorporação da fronteira agrícola da Pampa Úmida, por volta da Primeira Guerra Mundial. Essa questão essencial, que Llach (1984) denomina ‘O grande debate’ não tinha sido resolvida, apesar de todas as transformações sociopolíticas. *“Siguiendo a Galasso, podemos ver en la disminución de la renta diferencial agropecuaria, fuente central de este capitalismo nacional y reformador social, la causa esencial del agotamiento del modelo; esta tendencia estaba evidentemente ligada a la evolución desfavorable del mercado mundial, pero también a cierta negligencia, indudablemente, de la política peronista en este campo”* (Sukup, 1992, p.60). Todavia, para a maior parte dos setores sociais este fato não pareceu existir. Não deve se esquecer que depois da forte expansão da década dos 1920, a Argentina começou a se recuperar rapidamente da depressão mundial. Desde 1933 o país experimentava um intenso crescimento econômico, liderado pelo desenvolvimento manufatureiro. Tal processo se acelerou durante a Segunda Guerra. O forte superávit comercial que a Argentina acumulou durante este conflito colaborou em manter a visão positiva sobre a situação econômica do país. Sobre este substrato de limitação econômica, a emergência de grupos novos disputando, em condições iguais de poder social, os excedentes gerados pela produção primária derivaria em conflito distributivo.

3.3 Reflexos Sobre A Era das Reformas Neoliberais

Llach (1984, p.52) afirma que *“la incapacidad del peronismo para dar al país una estrategia exitosa de industrialización puede ser considerada como un triunfo de la economía sobre la política, porque no era posible promover desde el Estado, aun con sólidos apoyos sociales, cualquier estrategia de industrialización basada casi exclusivamente en el mercado interno”*. Contudo, argumenta que *“la propuesta del peronismo resultó indeleble en un sentido: desde su origen, ninguna estrategia económica pudo lograr la hegemonía desentendiéndose del apoyo popular. La búsqueda de esta estrategia es, desde entonces, un problema irresuelto de la sociedad argentina”*. Se a experiência desindustrializante nos governos militares dos anos setenta causou danos profundos à estrutura produtiva do país e deixou o saldo de um elevado endividamento externo, não resolveu o problema apontado por Llach.

A resolução desta questão sociopolítica só viria, ao menos na aparência, no começo dos anos noventa, com a chegada ao poder de um novo mandatário *peronista*, Carlos Menem. Perón (1963, p.143) disse no exílio que o ‘problema argentino’ *“es eminentemente político porque sin el concurso orgánico del Peronismo nadie podrá gobernar en la Argentina y ello ocurre porque el Peronismo es el pueblo mismo y sin el pueblo en ese país ya no es posible ningún tipo de solución”*. Assim, politicamente – sem esquecer o legado que deixou o governo militar de 1976 – seria o próprio peronismo, com a gestão de Menem, que resolveria o impasse ao equacionar a dimensão econômica do conflito.

A questão econômica estava vinculada às possibilidades da Pampa Úmida em prover o bemestar aspirado pelos distintos setores da sociedade. Como já observara Jauretche (1967, p.77), a plena ocupação daquela região, ainda nas décadas de 1910-

1920, impôs que a população e seu nível de vida deveriam se ajustar ao limite da capacidade produtiva agropecuária. *“El aumento de población y sus consumos, en aquella economía simplista, se vincula a la capacidad de importación y esta no debe superar la capacidad de exportación; una vez que el país pasó de los 10.000.000 de habitantes toda la población que lo supere es excedente. La historia económica de la República desde entonces será una permanente lucha de los progresistas de ayer, retardatarios de hoy, contra la expansión vertical y horizontal ajena a la producción agropecuaria de la pampa húmeda. Ahora son recetarios nuevos mercados de otras formas de la producción, especialmente el interno que además absorbe cada vez mayor cantidad de lo que antes estaba destinado a la exportación”*. Canitrot (1975) interpreta esse modelo econômico de forma similar:

el máximo de empleo que puede dar la economía está definido por las exportaciones. Esto se debe a que las importaciones condicionan el nivel de actividad del sector industrial. La generación efectiva de empleo depende de la intensidad de la demanda. Esta puede crearse por aumento de los salarios reales o por factores autónomos como la inversión, la exportación de manufacturas y la sustitución de importaciones. El peso relativo de una u otra fuente de creación de demanda incide en la distribución final del ingreso. En el punto de empleo máximo, el valor máximo del salario real es tanto mayor cuanto menor es el peso de la demanda autónoma en la demanda total. A pesar de sus peculiaridades, la economía argentina impone a la redistribución progresiva del ingreso, concebida como política de ocupación y salarios, límites de vigencia generalizada en los países de mayor nivel de desarrollo: la restricción de comercio exterior y la necesidad de acumulación de capital. El conflicto entre distribución y acumulación o, en otras palabras, el conflicto entre salarios y beneficios, rige en situación de máximo empleo. Cuando hay recursos y trabajadores ociosos, la expansión de la actividad económica puede hacerse favoreciendo tanto salarios como beneficios industriales. (Canitrot, 1975, p.24).

A Argentina possuía ‘população excedente’, se medida frente às necessidades da Pampa Úmida, mas rapidamente chegou ao pleno emprego, quando do crescimento dos setores vinculados ao mercado interno. Quer dizer, considerando-se meramente a atividade primária pampeana, a Argentina apresentava um desemprego estrutural. Esse estava oculto pelo crescimento das atividades urbanas. Como explica Sábato (1980, p.83): *“entre la posguerra y los promedios años de la década del 70, la economía y la sociedad argentina en pleno cambio se debatieron dentro de una especie de callejón sin salida, originado en gran medida por el estancamiento del agro pampeano”* (...) *“hacia 1940 – y durante muchos años después – no era fácil vislumbrar la causa básica que había provocado la caída de la producción agrícola...no era sencillo comprender la estrecha relación entre el modelo de producción pampeano – y directamente su agricultura – y la existencia de un desempleo estructural en la Argentina”*²⁶. Assim, o fundo dos debates e conflitos não era, como se tinha pensando, sobre os efeitos causados pelo tipo de políticas aplicadas (fiscais, monetárias, etc.), onde se chegou *“a pensar que la expansión de la ocupación en la industria y las demás actividades urbanas sería una solución a las penurias de la población rural no pampeana (...) Por eso, durante muchos años hubo quienes siguieron considerando que las dificultades de la agricultura fueron causadas por una política gubernamental distribucionista que había elevado los salarios y promovido la creación de empleos improductivos”* (Sábato, 1980, p.84). O real pano de fundo era *“el impedimento mayor con el que tropezaron todos los gobiernos durante veintes años, antes y después del primer gobierno*

²⁶ Este conflito, além, não se manifestou antes pela existência de mão-de-obra temporária alheia ao país, sob a forma de imigrantes andorinhas. Mas se *“la brusca reducción de la oferta de mano de obra temporaria había puesto un nuevo ‘techo’ a la actividad”*, al aumentar costos y reducir rentabilidad, la capacidad productiva de la Pampa Húmeda permitía que *“[e]n vez de cambiar la forma producción, se cambiaba la actividad”* (Sábato, 1980, p.79), se passando à produção pecuária.

peronista, para resolver el problema de la agricultura. La única solución inmediata posible, dentro del modelo de producción vigente, hubiera sido crear nuevamente una situación de desempleo estructural” (Sábato, 1980, p.84).

Isso foi, precisamente, o que sucedeu durante o “menemismo”: criou-se o *desempleo estructural*, aproximando a produção o mais possível ao que permitia a Pampa Úmida. Se o governo militar dos anos setenta deu o primeiro passo nessa direção, nos noventa, ao ser esse rumo aprofundado por um governo peronista, democraticamente eleito, foi possível quebrar a velha antinomia ‘povo vs. oligarquia’. Uma interpretação clássica antiperonista afirma que **“[l]a aparición de la masa popular en la escena política y su reconocimiento por la sociedad argentina pudieron haberse realizado por el camino de la educación democrática y a través de los medios de expresión que ésta puede dar. Desde este punto de vista no hay duda de que el camino emprendido por la clase obrera debe considerarse irracional: lo racional hubiera sido el método democrático”** (Germani, 1979, p.351, grifos nossos). Contudo, a realidade foi oposta: peronismo e radicalismo aceitaram as eleições democráticas, de modo que o problema para ‘a oligarquia’ era que aqueles passaram a vencer os pleitos dentro dos marcos da democracia.

Com Menem já não poderia atribuir ao estado repressivo a escolha das políticas de exclusão geradas pela opção neoliberal. Por isso mesmo o intenso debate sobre o caráter peronista ou não do governo menemista. Afinal, argumentavam vários analistas e grupos políticos, como classificar de peronista um programa econômico de conteúdos supostamente opostos àqueles universalmente (de forma correta ou equivocada) compreendidos como sendo idealizados pelo próprio Perón. Um elemento essencial nesse debate estava no caráter antiindustrialista das medidas adotadas. Muitos analistas entenderam que a combinação de um governo peronista com um programa econômico neoliberal se devia aos efeitos da ‘traumática experiência’ dos episódios hiperinflacionários de 1989, véspera da chegada de Menem ao poder. Mas essa interpretação desconsidera que *“[e]l movimiento pendular que caracterizó al peronismo se verificó en los hechos económicos, sin diferencias apreciables en sus textos doctrinarios”* (Ciria, 1971, p.61), já tinha se manifestado com o próprio peronismo tanto nos anos 1950, quanto nos anos 1970, de modo que a especificidade de Menem, na visão de Di Ipola (1991, p.5), não foi ter ‘iniciado’, mas, sim, ter ‘levado até extremos inéditos’ essa aparente heresia.

Tomando essa perspectiva é possível considerar que Menem se manteve fiel à doutrina justicialista, no sentido de que o peronismo não possuía um conteúdo ‘produtivo’, por assim dizer²⁷. Aceitando o menemismo como uma atualização dessa perspectiva, é possível questionar a interpretação dos efeitos do golpe hiperinflacionário sobre a sociedade argentina. Na avaliação alternativa aqui sugerida pode-se interpretar a ampla adesão às reformas de Menem, na medida em que este implementou uma transformação da agenda liberal ‘dura’, que caracterizava o discurso econômico ortodoxo, para uma ‘suave’, possibilitada pela implementação do regime de conversão monetária. Enquanto a primeira etapa gerou vários protestos sociais, a segunda,

²⁷ Não à toa Perón afirmava em 1947, em sua mensagem ao Parlamento que: “Dijeron mis detractores de la hora revolucionaria que yo era un enemigo del capital. Con esa mentira pretendieron engañar al pueblo y marchar ante el extranjero la diafanidad de nuestra trayectoria democrática. ¿Cómo pueden ser enemigos del capital un hombre y una causa que buscan el juego armónico de los dos factores que integran la ecuación económica - industrial: el capital y el trabajo? Yo he demostrado en estos once meses de gobierno que no sólo no combatimos al capital, sino que le facilitamos todos los medios necesarios para su adaptación y desenvolvimiento”.

associada ao Plano de Conversibilidade obterá grande popularidade²⁸. Na realidade, embora Menem não tenha chegado ao governo propondo um programa neoliberal, este teve grande popularidade no início, que foi decaindo, na medida em que os efeitos recessivos se fizeram sentir, para retornar com a explosão de consumo da primeira etapa do regime de conversibilidade. Novamente, seria o fim das condições que possibilitaram a ‘democratização’ do consumo que contribuirão, de forma decisiva, para o fim regime da conversibilidade, em 2001. Contudo, em momento algum, houve a consolidação de um pensamento alternativo ao neoliberalismo de Menem como proposta *política*. Com a chegada de Kirchner, e após a reestruturação da dívida externa, novamente o marco externo possibilitou a retomada do crescimento – espetacular e inesperado – com base nas exportações de produtos primários. Como o novo *boom*, renasceram as velhas questões em novos contextos.

A participação peronista no ajuste neoliberal e o golpe dado à estrutura sindical quebraram o tradicional vínculo entre o Partido Justicialista e os trabalhadores. Criou-se aqui um vácuo político, na medida em que nenhum outro grupo foi capaz de recompor a organicidade das relações entre aqueles dois atores. A gestão Kirchner avançou mantendo certas características históricas. Apresentou-se, como tantas outras vezes na Argentina, como o início de ‘uma nova etapa’ traduzida no ‘Projeto K’, embora como tantas outras vezes, sem se explicitar no que consistiria essa nova etapa. O incremento da renda exportadora lhe possibilitou consolidar um governo forte na base de saldos comerciais e fiscais e acumulação de divisas. Isto constitui uma importante diferenciação de outros governos ‘populistas’ que tinham a sua projeção contornada pela aparição desse tipo de desequilíbrios. Nesse marco, o ‘Projeto K’, sentido como hegemônico pelos opositores’, resultou ser mais forte que outros do passado. Por outro lado, não contou com o entusiasmo popular outorgado aos governos peronistas pretéritos.

Do ponto de vista econômico, a inflação se tornou o tendão de Aquiles do governo, bem como o foco inicial da oposição ao novo regime. A questão da tributação das exportações e das retenções na venda para o exterior de alimentos, como estratégia para tentar conter os preços domésticos, agravou o conflito entre o mundo tradicional do agronegócio e o governo central. O governo de Cristina de Kirchner tratou o tema das retenções pela ótica tradicional do peronismo, qual seja, enquanto uma questão de distribuição da renda e, por decorrência, de conflito de classes.

Numa apresentação na Comissão de Agricultura na Câmara de Deputados, Aldo Ferrer (Cash, 2008) interpretou o momento atual da seguinte forma: *“El debate se ha planteado en términos de si es equitativo distribuir esa renta para defender el precio de los alimentos en el mercado interno y tener un reparto más equitativo de la riqueza, o si esa renta les corresponde plenamente a quienes producen los bienes exportables”*. Ferrer aponta para o fato de que *“en el tema de las retenciones está implícito un problema previo y muy importante, que es el de la estructura productiva”*. Assim, Ferrer observa que visto desde a ótica da distribuição que o desenvolvimento não pode se sustentar só num setor, na estrutura primária. *“En nuestro caso particular, la cadena agroindustrial, con todo el empleo directo e indirecto que genera, representa alrededor de un tercio del empleo de la fuerza de trabajo. Si no contamos simultáneamente con una gran base industrial no vamos a poder dar trabajo y bienestar a una población de*

²⁸ De acordo a pesquisa de opinião de Mora e Araujo, Noguera e Asociados, a popularidade do presidente e do plano econômico passam, entre fevereiro e dezembro de 1991, isto é antes e depois da implementação do plano de conversibilidade, eram, respectivamente, de 29% para 70%, enquanto que a imagem positiva do plano econômico o faz, no mesmo período, de 17% para 74% (Situação Latino-americana Ano 2, N°7, p.39, fevereiro 1992).

40 millones de habitantes. Dicho en otros términos: si no contamos con una estructura integrada, no vamos a poder tener pleno empleo y, por lo tanto, nos va a sobrar al menos la mitad de la población”. Como tomador de preços do mercado mundial, “Si nosotros transmitiéramos hacia el mercado interno los precios del mercado mundial, estaríamos determinando la estructura productiva en virtud de las señales de precios del mercado mundial”, o que impediría a rentabilidade de outros setores, onde o país não apresenta vantagens comparativas²⁹. Conforme resume Verbitsky (2008): “El empleo directo e indirecto que genera la cadena agroindustrial argentina representa apenas un tercio del empleo de la fuerza de trabajo. Sin una gran base industrial no podrá haber pleno empleo y, por lo tanto, va a sobrar al menos la mitad de la población”.

A resolução parlamentar sobre retenções móveis do Poder Executivo, após passar pela Câmara de Deputados, esbarrou no Senado após uma longa sessão e um dramático empate na votação, que obrigou o vice-presidente do país, Julio Cobos, a exercer o voto de Minerva. Contrariando o governo, Cobos votou contra a medida. Essa votação veio após duas grandes concentrações populares, uma de apoio ao governo, com cerca de 50 mil pessoas, e outro de apoio ao campo, com 200 mil pessoas. Nessa última se aglutinaram elementos de todo o espectro político, da ultradireita a ultrasquerda, incluídos setores do próprio peronismo contrários ao governo. Esse fenômeno lembra a queda de Perón, em 1955. Naquela época, o apoio à Igreja, que estava em confronto aberto com o governo, era a forma de canalização da insatisfação com Perón 1955³⁰.

Nesse sentido pode-se afirmar que após o governo do Menem quebrou-se o vínculo ‘peronismo-povo’. O casal Kirchner não conseguiu convencer a população que as retenções e sobretaxas sobre as exportações eram estratégias que visavam a sustentação de políticas redistributivas. A população considera que elas servem somente para fortalecer o ‘Projeto K’³¹, vale dizer, às pretensões individuais de acúmulo de poder pelo primeiro-casal. Foi neste contexto que os setores não rurais apoiaram as reivindicações do campo. O mundo urbano, uma vez mais, aceitou o caráter universal do modelo agro-exportador, aceitando as palavras de um de seus representantes, Fernando Gioino, para quem “Podemos darle alimentos en calidad, cantidad y buen precio a los 40 millones de argentinos. El campo no tiene techo”.

Numa sociedade que acredita não existir um problema de *existência de riqueza*, a distribuição desta passa a ser uma questão de mera *vontade política*. Assim, qualquer desenlace político torna-se potencialmente possível. Del Campo (2005, p.335) após

²⁹ Continua Ferrer: “Hoy en día este desafío es muy importante y se plantea de manera muy crítica porque estamos en un momento de transformación en el mercado internacional. La incorporación de centenar de millones de seres humanos de la India, China, de Asia en general, como grandes productores de bienes complejos y grandes consumidores, está provocando esta tendencia alcista de los recursos naturales y de los commodities. Esto pasa en toda América latina y en todos los países que producen este tipo de bienes. Ahora, si nosotros cayéramos en la ilusión de pensar –como lo hicimos a fin del siglo XIX– que Argentina tiene futuro como granero del mundo especializado en un solo sector, no zafaríamos nunca del subdesarrollo. No hay ningún caso de un país que descansa esencialmente en sus recursos naturales que sean países desarrollados, aunque tengan petróleo, cobre, minerales, tierras tropicales, etcétera.”. (Cash (2008)

³⁰ Kirchner, em seu discurso, não deixou passar essa semelhança: “Hablan de democracia, y cortan las rutas; hablan de democracia y desabastecen a los argentinos; hablan de democracia y nos queman los campos; hablan de democracia y, como en las peores etapas del 55 y el 76, salen como comandos civiles o grupos de tarea a agredir a aquellos que no piensan como ellos en forma vergonzosa”. Usando expressões que lembram a Perón, Kirchner declarou “Le quiero decir a la clase media no va a encontrar solidaridad en la oligarquía”. “Cuando la Presidenta puso las retenciones saltaron rápido aquellos sectores de la concentración económica, aquellos que no quieren compartir el esfuerzo y es ahí donde el Estado debe poner el equilibrio”.

³¹ Mario Llambías, su par de CRA, consideró que a partir de esta crisis “el país no va a seguir siendo un unicato que se siga manejando con la chequera del poder central”. “Con estas retenciones las mayores ganancias van al bolsillo del gobierno y los mayores costos los tiene que afrontar el producto”.

descrever o processo que levou Perón ao poder, em 1946, concluiu: “*Efectivamente, por una de esas monstruosas paradojas en que no es avara nuestra historia, comunistas y socialistas se habían alienado, junto con todos los sectores capitalistas, en el bando opuesto al que respaldaba la mayoría de la clase obrera*”. Hoje, em um novo paradoxo, grande parte da população se alinha contra um governo peronista sob as consignas da oligárquica Sociedade Rural. Ainda não se aceitou que Argentina já não possui uma “... *fuelle de acumulación, dada por Dios, por así decirlo, como había sido la renta de la tierra*” (Di Tella, 1985, p.177).

4. Considerações Finais.

O presente artigo procurou mostrar que os conflitos recentes entre produtores rurais e governo central são a manifestação de um tema recorrente na história econômica da Argentina: a disputa sobre a apropriação dos excedentes econômicos gerados pela exploração da riqueza natural do país. Com a perda de densidade da estrutura produtiva industrial após os ajustes liberais dos anos 1970 e 1990, e tendo por pano de fundo a recente (e inédita em termos de intensidade) deterioração das condições de vida da população em geral, cujo ápice foi a crise de 2001-2002, a recuperação pós-2003 se deu a partir do velho padrão agroexportador. Mais uma vez, este não revelou capacidade, econômica e política, de garantir as pretensões redistributivistas de vários segmentos sociais. Nesse sentido, procurou-se explorar aqui as linhas de continuidade entre os conflitos recentes e a conformação estrutural do padrão de organização da economia e das instituições políticas da Argentina.

Se a nossa percepção está correta, deve-se ter cautela em afirmar que o intenso crescimento dos últimos anos é condição suficiente para a superação da crise institucional manifesta, recorrentemente, a partir do final dos anos 1990. Especialmente dentro do quadro atual de arrefecimento do crescimento econômico argentino e de uma crise econômica mundial que aflige o globo. Considerando a constituição da sociedade, conforme exposto, e a previsão de crescimento do próprio governo de pouco mais de um ponto percentual para o ano de 2009, vislumbra-se um contexto onde os conflitos distributivos tendem a se intensificar.

5. Referências Bibliográficas

- ABOS, A. (1986). *El Posperonismo*. Legasa. Buenos Aires,.
- ALTAMIRANO, C. (2001). “Encrucijadas políticas y dicotomías ideológicas”. *Bajo el signo de las masas (1943-1973)*. Ariel-Historia. Buenos Aires,.
- BAILY, S. (1984) *Movimiento obrero, nacionalismo y política en Argentina*. Paidós, Buenos Aires, 1984.
- BUCHRUCKER, C. *Nacionalismo y peronismo*. Editorial Sudamérica. Buenos Aires, 1987.
- CANITROT, A. (1975). La experiencia populista de redistribución de ingresos. *Desarrollo Económico*
- _____. La disciplina como objetivo de la política económica. Un ensayo sobre el programa económico del gobierno argentino desde 1976”, *Desarrollo Económico*, Vol.19 N°76. Buenos Aires, 1980.
- CARL (Comisión de Afirmación de La Revolución Libertadora) (1958). *El Libro Negro de la Segunda Tiranía*.

CASH (2008). Aprender a escuchar. Aldo Ferrer habla en la Comisión de Agricultura de Diputados. <http://www.pagina12.com.ar/imprimir/diario/suplementos/cash/17-3542-2008-07-13.html>

CEPAL (2002). Growth with Stability: financing for development in the new international context. Santiago, Chile: Comisión Económica para América Latina y Caribe.

_____ (2004). Desarrollo Productivo en Economías Abiertas Santiago, Chile: Comisión para América Latina y Caribe, 2004.

CIRIA, A. *Perón y el justicialismo*. Siglo XXI. Buenos Aires, 1971.

DE IPOLA, E. “Peronismo y populismo. Una nueva propuesta de interpretación. *WP* n.35. Barcelona, 1991.

DEL CAMPO, H. *Sindicalismo y peronismo*. Siglo XXI. Buenos Aires, 2005.

DI TELLA, G. “La Argentina económica (1943-1982)”, en *Historia política argentina 1943-1982*. Editorial Belgrano. Buenos Aires, 1985.

DURRUTY, C. *Clase obrera y peronismo*. Pasado y Presente. Córdoba, 1969.

FERRER, *El devenir de una ilusión*. Sudamericana. Buenos Aires, 1989.

FREELS, J. W. *El sector industrial en la política nacional*. Eudeba. Buenos Aires, 1970.

GAMBINI, H. *Historia del Peronismo. Vol. 1: El poder total (1943-1951)*. Planeta. Buenos Aires, 1999.

GERCHUNOFF, P., LLACH, L. *El ciclo de la ilusión y el desencanto*. Emecé, Buenos Aires, 2007.

GERMANI, G. *Política y sociedad en una época de transición. De la sociedad tradicional a la sociedad de masas*. Biblioteca de América Latina, N° 13. Paidós, Buenos Aires. 1979

ÍMAZ, J. L. *Los que mandan*. Eudeba. Buenos Aires. 1964

IMF (2004). IMF Country Report n° 04/194 (Argentina). Washington, DC: International Monetary Fund.

_____ (2004b). IMF Country Report n° 04/195 (Argentina). Washington, DC: International Monetary Fund.

_____ (2004c). The IMF and Argentina, 1991 – 2001 Washington, DC: International Monetary Fund.

_____ (2005). World Economic Outlook, may. Washington: International Monetary Fund.

JAMES, D. *Resistencia e integración*. Editorial Sudamericana. Buenos Aires. 1988

JAURETCHE, A. *El medio pelo en la Sociedad Argentina*. A. Peña Lillo, Editor. Buenos Aires. 1967

LITTLE, W. “La organización obrera y el Estado peronista, 1943-1955” en TORRE, J.C. (Comp.) *La formación del sindicalismo peronista*, pp. 221-321. Editorial Legasa. Buenos Aires. 1988

LLACH, J. J. “El Plan Pinedo de 1940, su significado histórico y los orígenes de la economía política del peronismo”, en *Desarrollo Económico*, No. 92. Buenos Aires. 1984.

LUNA, F. *Perón y su tiempo I*. Sudamericana, Buenos Aires. 1984

MASSUM, I. *Menem. Cirugía sin anestesia*. Editorial Métodos. Buenos Aires. 1999

PEÑA, M. *Industrialización y clases sociales en la Argentina*. Hyspamérica. Buenos Aires 1986b.

PERÓN, J. D *Seis artículos de Perón*. Subsecretaría de Informaciones. Presidencia de la Nación, 1948a.

_____ *La fuerza es el derecho de las bestias*. Cicerón. Montevideo, 1958.

_____ *Tres revoluciones militares*. Escorpión. Buenos Aires, 1963.

_____ *Los vende-patrias. Prueba de una traición*. Editorial Freeland. Buenos Aires, 1973c.

PREBISCH, R. “Informe económico ante la Junta Consultiva Nacional”, 1955.
ALTAMIRANO, C. *Bajo el signo de las masas (1943-1973)*. Ariel-Historia. Buenos Aires, 2001.

ROUQUIÉ, A. (1982). Poder militar y sociedad política en la Argentina, II. Emecé, Buenos Aires.

SÁBATO, J. *La Pampa pródiga. Claves de una frustración*. Ensayos y Tesis. Cisea. Buenos Aires, 1980.

_____, SCHVARZER, J. “Funcionamiento de la economía y poder político en la Argentina: trabas para la democracia”, en ROUQUIÉ, A., SCHVARZER, J. *¿Cómo renacen las democracias?*, Emecé Editores, Buenos Aires, 1985.

SCHVARZER, J. (1986). La política económica de Martínez de Hoz. Hyspamerica. Buenos Aires,.

_____ “Los avatares de la industria nacional”, *Todo es Historia*, Nº 124. Buenos Aires, 1977.

SIDICARO, R. “¿Es posible la democracia en la Argentina?”, en ROUQUIÉ, A., SCHVARZER, J. *¿Cómo renacen las democracias?*, Emecé Editores, Buenos Aires, 1985.

_____ “Los conflictos entre el Estado y los sectores socioeconómicos predominantes en la crisis del régimen conservador (1930-1943)”, en ANSALDI, W., PUCCIARELLI, A., VILLARRUEL, J. (Editores) *Representaciones inconclusas*. Editorial Biblio. Buenos Aires, 1995.

_____. *Los tres peronismos*. Siglo XXI Editores. Buenos Aires, 2002.

SUKUP, V. *El peronismo y la economía mundial*. Grupo Editor Latinoamericano. Buenos Aires, 1992.

VERBITSKY, H. (2008). “Sobra La mitad”.
<http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/subnotas/1-33868-2008-07-06.html>

WALDMANN, P. *El peronismo 1943-1955*. Editorial Sudamericana. Buenos Aires, 1981.